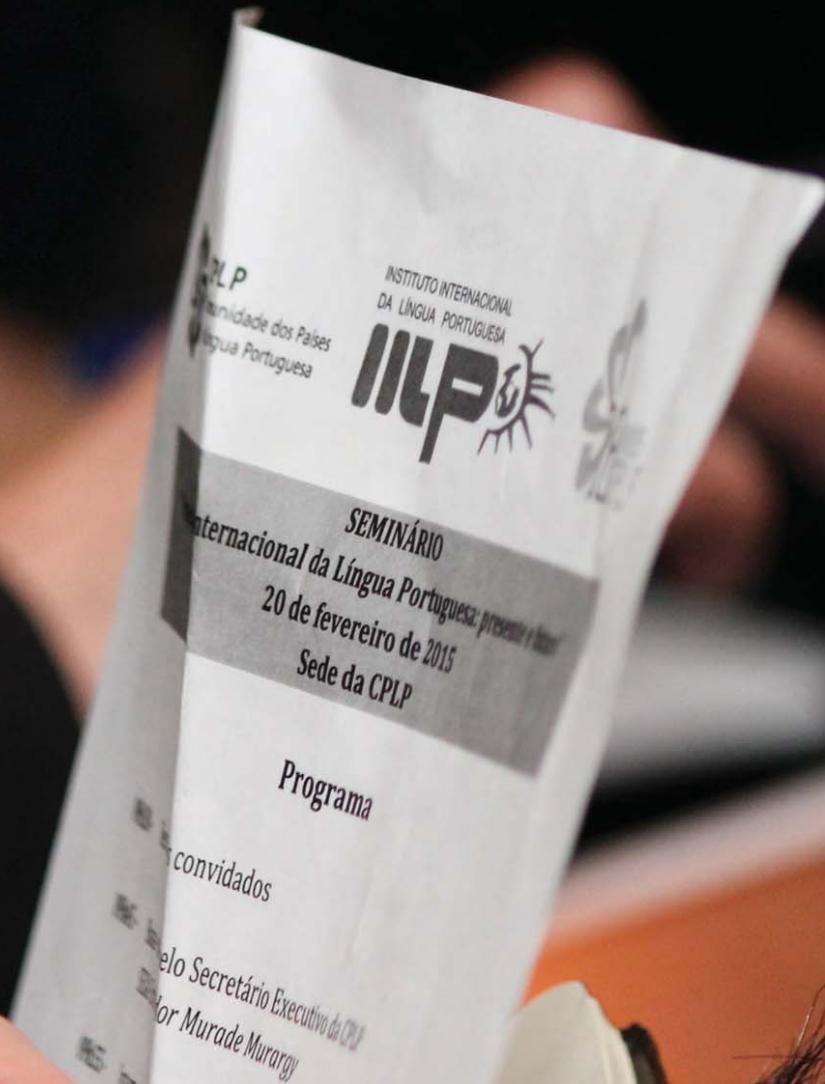


Língua Portuguesa Vocabulário Ortográfico Comum apresentado em Lisboa

Pág. 2/3



Timor-Leste
Abre espaço cultural
português

Pág. 4

Cinema
Três 'curtas' portuguesas
no Go Short da Holanda
Pedro Costa no If Istanbul

Pág.4

Manual
de português
para russófonos

Pág.4

Língua Portuguesa Vocabulário Ortográfico Comum apresentado em Lisboa

«O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (AO), de 1990, que regula de forma unificada a ortografia do português, deu em fevereiro deste ano um passo muito significativo no já longo processo da sua aplicação, com a apresentação pública de um dos seus instrumentos mais importantes – a plataforma eletrónica que acolhe o Vocabulário Ortográfico Comum (VOC) da Língua Portuguesa.

Na sua apresentação na plataforma, o VOC configura-se como «uma base de dados digital disponível gratuita e universalmente para os cidadãos, acessível pela Internet, com aproximadamente 250 mil entradas e mais de dois milhões de formas ortográficas, realizada segundo os últimos avanços da lexicografia, composto por um vocabulário etiquetado que permite saber, entre outras coisas, o uso atestado de cada uma das palavras em cada país, possibilitando visualizar que palavras são comuns a todos os países e que palavras ocorrem em que país ou países especificamente».

Carlos Faraco, da comissão nacional do VOC no Brasil, disse na sessão de apresentação da plataforma em Lisboa, na sede da CPLP, promovida pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) que superintendeu no processo de elaboração do vocabulário ortográfico comum, estar-se na presença de «um momento histórico» para a língua portuguesa, ao superar-se «a dispersão de quase um

século, que afastou os vocabulários do Brasil e Portugal» e ao juntar-se «a esse coração tradicional toda a prática lexical corrente dos demais países que têm a língua portuguesa como língua oficial».

«Pela primeira vez, temos uma mesma norma ortográfica aprovada por todos e aplicada ao vocabulário de cada um dos países de forma consensual», afirmou Margarita Correia, responsável pela equipa central de coordenação do projeto do VOC. A professora da Faculdade de Letras de Lisboa e investigadora do ILTEC-CELGA disse ainda que «o VOC apresenta-se também como a pedra basilar de um novo modelo de gestão» da língua portuguesa – «único no que concerne às grandes línguas pluricêntricas mundiais» – «em que todos os Estados são instados a participar em igualdade de circunstâncias na definição e construção dos seus instrumentos reguladores e em que o IILP se assume como um centro de articulação da vontade e do esforço coletivos, no sentido do desenvolvimento de instrumentos linguísticos comuns e de gestão partilhada a língua que nos une».

A plataforma, conforme sublinhou a diretora-executiva do IILP, a moçambicana Marisa Mendonça, representa «a socialização do resultado parcial de um exercício de construção conjunta», em que «se inscrevem alguns dos vocabulários nacionais



FOTOGRAFIA

[da língua portuguesa] de Portugal, Brasil, Moçambique e Timor-Leste». O VOC integra com efeito, para já, os Vocabulários Ortográficos Nacionais (VON) daqueles países, enquanto se prevê que em maio o mesmo aconteça com o VON de Cabo Verde. O VON de São Tomé e Príncipe aguarda a aprovação das autoridades do país, prosseguindo os trabalhos relativos à elaboração dos VON da Guiné-Bissau e de Angola, país que deu uma importante contribuição financeira ao fundo do VOC. Cada uma das variantes nacionais de português tem uma página de apresentação própria na plataforma.

Marisa Mendonça sublinhou que o trabalho de construção da plataforma «permitiu capacitar e formar equipas nacionais» nesta área, desenvolver a

investigação e «refletir sobre a língua portuguesa nos vários países e sobre os resultados da sua convivência com as demais línguas faladas nos espaços da nossa comunidade», refletindo «as cores e os sabores desta língua que é de todos nós». «De forma particular, permitiu aos PALOP e a Timor-Leste um exercício singular, inovador e pioneiro na construção dos seus vocabulários nacionais».

Gladis Barcellos, professora da Universidade Federal de São Carlos, no Brasil, e membro da Equipa Central do VOC, explicou depois que, «dado que a reforma ortográfica unifica as regras de escrita, mas não todas as formas resultantes da sua aplicação, porque a língua varia», este reportório lexicográfico multinacional para o português identifi-

ca, marca e relaciona, por meio de remissões, as variantes das palavras.

O escritor e professor universitário moçambicano, Raul Calane da Silva, que preside ao Conselho Científico do IILP, manifestou a esperança de que a plataforma seja a «sala de visitas da língua portuguesa», sendo consultada por «milhões de pessoas» e permitindo que «o português e o seu léxico sejam conhecidos cada vez mais por todo o mundo».

A CAMINHADA PARA O CORAÇÃO DA LÍNGUA

A construção da plataforma do VOC, prevista no âmbito da CPLP pelo Plano de Ação de Brasília, de 2010, arrancou por iniciativa do então diretor-executivo do IILP, o brasileiro Gilvan de Oliveira, segundo relatou

Projeção internacional da língua portuguesa Seminário do IILP faz ponto de situação em Lisboa

«Um ponto de situação sobre o estado das iniciativas de promoção e difusão da língua portuguesa (LP) no mundo foi feito no seminário organizado, a 20 de fevereiro, em Lisboa, pelo Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), dirigido desde outubro passado pela professora universitária moçambicana Marisa Mendonça.

O seminário concluiu 3 dias de intensa atividade em Lisboa ligada à LP e foi antecedido pela realização na sede da CPLP da III reunião extraordinária do Conselho Científico do IILP, a 18 de fevereiro, que no comunicado final se congratulou com a participação da comissão nacional do IILP da Guiné-Bissau e pelo

lançamento público da plataforma do Vocabulário Ortográfico Comum (VOC) da LP (v. destaque nesta página) a 19.

Portugal, através de uma intervenção da representante da Comissão Nacional do IILP, Madalena Arroja, diretora do Serviço de Língua e Cultura do Camões, IP, fez no seminário a relação e o balanço do cumprimento dos objetivos traçados pelo Plano de Ação de Lisboa (PALis), de 2013.

Intitulado *Projeção Internacional da Língua Portuguesa: presente e futuro*, o seminário ouviu exposições dos participantes sobre as iniciativas de promoção e difusão da LP, quer ao nível da cooperação bilateral quer das prioridades dos Estados membros, quer ainda da presença no seio da Organização Internacional do

Trabalho (OIT). Os representantes das comissões nacionais do IILP dos estados membros e dos países observadores associados da CPLP, assim como entidades diversas da sociedade civil apresentaram os seus programas de ação para a promoção e difusão da LP.

O Secretário Executivo da CPLP, o embaixador moçambicano Murade Murargy, afirmou na abertura que, apesar de nascida em Portugal, a LP «já deixou de ser património» exclusivo deste país, sendo um património «universal» ou, como diria depois a diretora executiva do IILP, Marisa Mendonça, «língua da Humanidade» e «propriedade de quem a usa».

LÍNGUA DE UNIDADE NACIONAL
Dirigindo-se à plateia de diploma-

tas e especialistas de quase todos os países da comunidade e dos países observadores, o Secretário Executivo da CPLP afirmou que não deve haver qualquer complexo em falar a língua portuguesa, «porque é uma língua de todos nós». E o Presidente do Conselho Científico do IILP, o professor universitário moçambicano Raul Calane da Silva, diria mais tarde que o português como língua oficial da administração pública e da educação foi uma escolha dos governos dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, pelo que não se podem eximir ao papel de promotores desse idioma dentro e fora das suas fronteiras.

Murargy, que evocou a dimensão económica da língua portuguesa e a sua entrada no mundo dos negócios, chamou ainda a atenção para o «grande esforço» feito pelos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e por Timor-Leste no domínio da alfabetização em português, atingindo «as camadas populacionais mais recônditas» dos respetivos países, por ser uma «língua de diálogo e de comunicação» e de «unidade nacional».

Sublinharia também os esfor-

ços feitos por países como Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé para internacionalizar a LP, fazendo com que ela esteja presente na União Africana e em organizações regionais como a SADC e a CEDEAO, mas frisou que a prioridade do investimento na promoção da LP está no seio dos países da própria comunidade e dos seus Estados membros associados, nomeadamente através de projetos de cooperação para o desenvolvimento. Murargy questionou os custos do investimento necessário para que a LP seja falada nas Nações Unidas, considerando que para tal é necessário que os Estados membros da CPLP «abram os cordões à bolsa».

No seminário, o Presidente do Conselho Científico do IILP, disse aos participantes que a importância da LP «é do seu peso comunicativo» tem vindo a aumentar «singularmente em todo o mundo», contrariando previsões pessimistas, em razão do crescimento do interesse nos maiores países do mundo e nos países limítrofes dos estados da CPLP pela aprendizagem do português.

Calane da Silva advogou ainda que sejam dados passos concretos para

na sessão Margarita Correia. Numa reunião do Conselho Científico do IILP, em Brasília, em dezembro desse ano, a equipa do ILTEC (Instituto de Linguística Teórica e Computacional) – que tinha concluído na altura o Vocabulário Ortográfico do Português (VOP), com mais de 200 mil palavras, adotado pelo Estado português como instrumento oficial para a aplicação do AO e disponível no Portal da Língua Portuguesa –, apresentou um projeto para o VOC.

Na sua base esteve a plataforma computacional dedicada, criada pelo ILTEC para o VOP, seguindo o modelo OSLIN (*Open Source Lexical Information Network*), da responsabilidade de Maarten Janssen, na altura investigador daquele instituto. Na sequência dos contactos havidos entre o IILP e o ILTEC, este, «com a concordância do Governo português, cedeu ao IILP, em maio de 2011, não apenas o uso do VOP, mas de toda a plataforma computacional a ele associada, tendo estes dois produtos vindo a constituir a base de trabalho para a constituição do VOC».

Os dados, que podem ser consultados presentemente *online*, estarão, a partir de maio de 2015, disponíveis para serem descarregados pelos utilizadores. E vão incluir, segundo José Pedro Ferreira, da Equipa central do VOC, «dois recursos críticos da área do português». São eles a toponímia, importante «em países multilíngues, em que tipicamente os topónimos podem ter diferentes formas consoante a língua que estamos a falar», e a formas não adaptadas, «muitas vezes percebidas como estrangeirismos». Quanto à toponímia, o objetivo é ter até maio ter na plataforma «todos os nomes de lugares com relevância administrativa em países da CPLP – todas as freguesias em

Portugal, todos os postos administrativos de Moçambique, todos os sucros de Timor», «hierarquicamente ordenados, com a grafia revista».

Além da Equipa central, a estrutura do VOC compreendeu as equipas nacionais, mandatadas pelos respetivos governos, e a equipa de consultores. À primeira, constituída por membros do IILP, ILTEC-CELGA (Portugal) e do NILC (Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional) da Universidade de São Paulo e da Universidade Federal de São Carlos (ambos do Brasil), coube, segundo Margarita Correia, «definir as linhas orientadoras do projeto em termos de princípios teórico-metodológicos comuns», «a estrutura da base de dados», dar apoios às equipas nacionais, bem como gerir dados, a sua integração na plataforma, assegurar o desenvolvimento desta e garantir a sua operacionalidade.

As equipas nacionais de cada Estado membro da CPLP «coube o tratamento ou o desenvolvimento, conforme os casos, dos vocabulários nacionais próprios» e à equipa de consultores coube «estabelecer e validar os princípios comuns consensuados de aplicação do Acordo Ortográfico».

O secretário executivo da CPLP, o embaixador moçambicano Murade Muragy, considerou que a criação do VOC é «uma ferramenta fundamental para a projeção e consolidação internacional da língua portuguesa», enquanto o Presidente do Conselho Científico do IILP, Raúl Calane da Silva, afirmou que se trata da «possibilidade de nós, na utopia do Padre António Vieira, possuímos através dos mecanismos informáticos modernos uma porta aberta para o coração da língua».

Acordo ortográfico «está pacificado e em implantação», diz Carlos Faraco

«O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (AO) é para valer. Quem o garante é o linguista Carlos Faraco, coordenador da Comissão Nacional brasileira do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Este autor de várias obras de referência sobre a linguística do português da variante brasileira e professor da Universidade Federal do Paraná sublinha, para quem tivesse dúvidas, que a ortografia de 1990 está «integral e generalizadamente» adotada no Brasil.

– É apresentado agora o Vocabulário Ortográfico Comum (VOC) da Língua Portuguesa. Quais são as suas reais implicações?

– Primeiro, ele unifica, agrega e integra as duas grandes tradições lexicográficas – brasileira e portuguesa. Só isso é um salto histórico. Segundo, dá uma visibilidade enorme para as características da LP em todos os países em que ela é falada. Pela primeira vez, os outros países vão ter também o seu vocabulário ortográfico. Tendo isso, temos um instrumento na mão fundamental para a difusão e promoção da LP, porque estamos consolidando numa única base as nossas tradições lexicográficas e agregando a essa base a informação da vitalidade lexical em todos os lugares em que ela é falada.

– Ao longo dos anos temos visto resistências ao AO. O aparecimento do VOC vai facilitar a aplicação do AO?

– Penso que sim, porque a própria situação de Moçambique é exemplar. É um país que ainda não ratificou o AO, está em vias de fazê-lo (...). Mas ainda antes desse processo de ratificação, o Vocabulário Ortográfico (VO) de Moçambique está pronto. Passa a ser um estímulo a que o país termine o processo de ratificação do AO e comece a sua implantação (...). A ortografia precisa de instrumentos de referência. E a nossa tradição, a da LP, é [que esse referência seja feita] por meio de VO. Noutras situações, existe uma academia que define, ou a tradição é de dicionários (...).

– Qual é ponto de situação em relação à aplicação do AO no Brasil?

– Não há nenhuma dúvida a respeito do facto de que a ortografia de 1990 está integral e generalizadamente adotada no Brasil. Todo o sistema escolar já o utiliza, todo o material escolar publicado, de 2010 para cá, saiu na ortografia de 1990. Todos os



Carlos Faraco

livros que foram publicados de 2009 para cá saíram também na nova ortografia e as novas edições de livros já anteriormente publicados foram adaptadas. A divulgação oficial de documentos administrativos, toda ela está na ortografia de 1990, assim como toda a imprensa brasileira, no dia 1 de janeiro de 2009, adotou a ortografia de 1990. Portanto, no Brasil já não há mais memória da ortografia anterior. A ortografia de 1990 está implantada e é de uso geral. Claro, tínhamos um período de carência previamente estabelecido, quando o Presidente Lula da Silva introduziu na ordem jurídica o vocabulário ortográfico. Esse período vencia a 31 de dezembro de 2012, mas considerou-se naquele momento que seria importante, tendo em vista os diferentes ritmos de implantação do AO nos diferentes países, que o Brasil estendesse um pouco mais o seu prazo e estendesse por mais 3 anos. Mas essa extensão não tem nenhum sentido de recuo. Ela foi apenas um gesto simbólico do Brasil, acomodar um pouco o seu ritmo ao ritmo dos demais países.

– Está otimista quanto à aplicação do AO de uma forma generalizada nos países da CPLP?

– (...) A ortografia de 1990 está em franca implantação. Não há mais nenhum sinal de que vai haver um retorno. (...) O que se pode dizer é que o acordo está quase pacificado e em implantação.



Marisa Mendonça Diretora executiva do IILP

a aplicação dos planos de ação de Brasília (2010) e Lisboa (2013) para a projeção internacional da língua portuguesa. E considerou um «imperativo» que os países membros apoiem a introdução da LP em organizações internacionais e a sua utilização efetiva naquelas em que ela já é língua oficial ou de trabalho, nomeadamente coordenando esforços para a formação de tradutores e intérpretes e colocando as tecnologias da infor-

mação ao seu serviço.

Na sua intervenção, a diretora executiva do IILP, a professora universitária Marisa Mendonça, expôs os «princípios e prioridades que orientarão a ação» do Instituto que dirige ao longo do seu mandato, iniciado em finais de 2014 e que se prolongará por mais um ano e meio. A académica moçambicana considerou que a missão do IILP é «a planificação e a execução de programas de promo-

ção, defesa e enriquecimento da LP, como veículo de cultura, educação e formação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em *fora* internacionais», norteadas pelos planos de Brasília e Lisboa e pelos planos estratégicos que se cruzam com a área da LP.

Marisa Mendonça daria ênfase na sua intervenção à singularidade e diversidade da LP; «com as cores do arco-íris, o cheiro e os aromas dos nossos sotaques» e as «intersecções» do português com as demais línguas presentes nos países da CPLP.

A diretora executiva do IILP enunciaria depois 5 princípios que comandam a ação do instituto: continuidade, olhando para o que foi feito pelo anterior diretor executivo, Gilvan de Oliveira; inovação, integrando novas dimensões e contextualizando o ritmo de implementação; comunicação, socializando perspectivas e iniciativas; gestão partilhada; e, por fim, a utopia, que alimenta e constrói «sonhos vivos, reais e possíveis».

GESTÃO PLURICÊNTRICA

Os contextos de atuação e de intervenção do IILP foram apontados por Marisa Mendonça como sendo os

países da CPLP, tendo em atenção as necessidades e possibilidades – apostando em projetos e atividades que comprometem e complementam o que já está feito e respondam a solicitações comumente identificadas –, o contexto geográfico, as instituições locais e nacionais e os recursos existentes. Um segundo contexto são os países observadores, relativamente aos quais a diretora executiva do IILP destacou a ação do Camões, IP, presente em mais de 80 países, numa perspectiva de complementaridade do IILP em relação a instituições que já estão no terreno. O terceiro contexto é o das diásporas e o quarto é o do mundo em geral, onde, segundo ela, se acredita cada vez mais que a LP é uma mais-valia.

As perspectivas e os focos de atuação foram também enunciados pela diretora executiva do IILP como sendo a educação, a cultura, a ciência, a tecnologia e a inovação.

Marisa Mendonça defendeu que durante o seu mandato gostaria de privilegiar a passagem da ação na área da língua de uma dimensão nacional para uma dimensão comunitária, já que atualmente ela é «pouco comunitária» – «um país

que intervém noutra país e que apoia na difusão, promoção e internacionalização da língua portuguesa». Nesse sentido advogou uma passagem de parcerias bilaterais para «parcerias multilaterais» e a chegada ao estado de «rede de atuação» das instituições dos países da CPLP no domínio da língua.

A diretora executiva lembrou que, na linha de criar uma gestão «efetiva e pluricêntrica» da língua, o IILP desenvolveu, ainda na direção cessante, 3 grandes projetos: o Vocabulário Ortográfico Comum (VOC) da Língua Portuguesa; o portal do professor de português língua estrangeira, que tem recursos didáticos de vários países da CPLP; e a revista *Platô*, que «é uma mostra daquilo que se discute no IILP, nos países da CPLP em torno da LP e de temáticas muito específicas desta língua, e no mundo».

Outros projetos estão «em construção, que são bases mais seguras para a internacionalização da LP», nomeadamente a questão das terminologias, disse Marisa Mendonça, que destacou no final o enriquecimento que o seminário constituiu para o debate em torno da língua portuguesa.



Cinema Três 'curtas' portuguesas no Go Short na Holanda

Três películas portuguesas participam entre 8 e 12 de abril no Go Short - Festival Internacional de Curtas-Metragens de Nijmegen, na Holanda. A *Caça Revoluções* (Portugal, Reino Unido/2014), de Margarida Rêgo, *Fuligem*, (Portugal/2014) uma animação de David Doutel e Vasco Sá, e a comédia *Taprobana* (Portugal, Sri Lanka, Dinamarca/2014), de Gabriel Abrantes, foram os filmes selecionados para o festival que se apresenta como o único no género na Holanda.

Segundo os seus promotores, nunca antes o festival recebeu tantos filmes candidatos à exibição no seu âmbito - mais de 2900, a partir dos quais foram selecionados 93 que disputarão os vários prémios do festival.

O Go Short, afirmam ainda os promotores, tem «uma posição única, uma vez que é o único festival anual de cinema na Holanda que se foca exclusivamente em curtas-metragens europeias». Além de ser único na Holanda, o Go Short construiu uma forte identidade ao longo dos últimos anos no domínio europeu dos festivais de cinema de curta-metragem.

Uma outra característica do festival é que se dirige não só ao grande público mas também à própria indústria cinematográfica, organizando diversas atividades dedicadas aos profissionais do setor.

Pedro Costa no *If Istanbul*

O mais recente filme do realizador português Pedro Costa esteve presente em fevereiro no Festival Internacional de Cinema *If Istanbul*, um dos mais importantes eventos do género realizados na Turquia. Pelo terceiro ano consecutivo o cinema português esteve representado no festival. Em 2013 com *Tabu*, de Miguel Gomes, e em 2014 com *E Agora? Lembra-me*, de Joaquim Pinto.

O filme de Pedro Costa, que esteve presente em Istambul para mostrar o seu trabalho, foi também exibido em Ancara.

Ainda no âmbito deste evento, Pedro Costa esteve nas instalações da Fundação SALT (fundação cultural patrocinada por um dos maiores bancos turcos, Garanti) para uma conversa com a assistência dedicada ao tema *Texturas do Real: Sobre o 'pós-documentário', poesia e luz* O debate foi moderada por dois jovens realizadores turcos, Can Eskinazi e Yoel Meranda.

Ainda antes do festival ter início, a imprensa turca destacou a deslocação de Pedro Costa a Istambul.

Manual de português para russófonos



Um manual de português da autoria da professora russa Galina Petrova e do leitor do Camões, IP na Rússia, João Mendonça João, destinado ao público russófono, acaba de ser publicado em Moscovo. A obra, intitulada *Curso Intermédio de Português* e com uma primeira tiragem de 1500 exemplares, destina-se aos alunos do nível B2 do QuarePE (Quadro de Referência para o Ensino Português no Estrangeiro) e teve o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e do Camões, IP.

O livro contém textos didáticos e de autores, tais como José Saramago, José Luís Peixoto e José

Milhazes, e dois discos com ficheiros em formato MP3, para além de outros enunciados e diálogos gravados por falantes nativos, permitindo inclusivamente uma aprendizagem autónoma.

O *Curso Intermédio de Português* constitui uma preciosa ferramenta de divulgação da língua portuguesa no espaço russófono, nomeadamente nas universidades russas e na Bielorrússia.

Timor-Leste Abre espaço cultural português



Um espaço cultural instalado no edifício que acolhe a embaixada e o consulado de Portugal em Timor-Leste foi aberto a 9 de março em Díli, servindo de 'antecâmara' ao futuro Centro Cultural Português.

Com filmes, livros, jornais e acesso à internet, o pequeno espaço está localizado no rés-do-chão do edifício da Associação Comercial e Industrial de Timor-Leste (ACAIT), onde a embaixada portuguesa funciona desde a restauração da independência timorense, em 2002, noticiou a Lusa.

A abertura foi assinalada por 'animação' musical - a cargo de elementos do grupo de teatro Boca do Mar - representando, simbolicamente, um espaço para a cultura em língua portuguesa e que está aberto diariamente.

Manuel Gonçalves de Jesus, embaixador de Portugal em Díli, explicou que o novo espaço pode servir também como sala de espera

para as dezenas de pessoas que, diariamente, acorrem aos serviços consulares portugueses.

Em média os serviços consulares atendem entre 140 e 200 marcações diárias com milhares de pedidos anuais de nacionalidade - podem solicitar a nacionalidade portuguesa todos os timorenses nascidos antes de 2002. «Recebemos aqui diariamente muitas pessoas e este espaço pode agora ajudar a tornar a espera mais fácil», disse.

«É uma antecâmara do que será o futuro Centro Cultural Português», explicou o diplomata. Segundo a Lusa antecipa-se que possa estar concluída ainda este ano a construção da nova embaixada e centro cultural, num terreno próximo do Palácio do Governo, em Díli.

Até lá a sala de leitura aberta soma-se à oferta da biblioteca que já está instalada há vários anos no

2.º andar do mesmo edifício.

O novo espaço conta com cerca de mil livros que abrangem áreas como a Política e História de Timor-Leste, cooperação e desenvolvimento, literatura e cultura lusófona e ainda, manuais escolares, gramáticas e dicionários de língua portuguesa. Estarão também disponíveis para visionamento vários documentários sobre Timor-Leste e filmes lusófonos.

A Sala de Leitura estará aberta todos os dias úteis e contará com um calendário de atividades complementares, incluindo uma programação semanal de atividades. Entre os temas previstos contam-se debates, sessões de conversação e esclarecimento de dúvidas em língua portuguesa, hora do conto ou cinema. Poderá haver ainda atividades pontuais como 'oficinas de teatro', cursos de poesia, apresentação de livros e concertos de música.

Camões no Mundo

O 41º aniversário do 25 de Abril de 1974 assinalado pela rede do Camões, IP em diversos países.

Luxemburgo
António Carlos Cortez participa no festival literário *Printemps des Poètes*, de 24 a 26 de abril.

Espanha
O Coro dos Amantes (2014), do realizador Tiago Guedes, representa Portugal no 17º Festival Internacional de Curtas Metragens e Animação de

Barcelona (MECAL), entre 11 de março e 19 de abril.

Holanda
Três filmes portugueses participam no Go Short - International Short Film Festival Nijmegen, de 08 a 12 de abril.

Colômbia
Feira Internacional do Livro de Bogotá (FILBO2015), de 22 de abril a 04 de maio.

Portugal
Exposição e palestra da embaixada da Rússia no Palacete Seixas, sede do Camões, IP em Lisboa, de 16 a 30 de abril.



Camões, I.P.

Av. da Liberdade, n.º 270
1250-149 Lisboa
TEL. 351+213 109 100
FAX. 351+213 143 987

www.instituto-camoes.pt
jlencarte@camoes.mne.pt
PRESIDENTE Ana Paula Laborinho
COORDENAÇÃO Paula Saraiva
COLABORAÇÃO Carlos Lobato